

PONTO DE VISTA

781 O TCU e a adoção da nova Lei de Introdução
Carlos Ari Sundfeld
Floriano Azevedo Marques Neto

785 Novo paradigma de aplicação do direito público
Diogo Dias

DOCTRINA

787 Um panorama dos 25 anos do regime geral de licitações e contratações, do regime diferenciado de contratações públicas, da modalidade licitatória denominada pregão e do projeto de lei que almeja revogá-los
Marinês Restelatto Dotti

798 O contrato de gestão entre o Poder Público e as organizações sociais nos serviços públicos de saúde e os parâmetros para a seleção da entidade consoante entendimento do STF
Maria José Maia Nascimento Postigo

ORIENTAÇÃO PRÁTICA

807 Empresa em recuperação judicial – Impossibilidade de dispensa da apresentação da garantia contratual exigida no edital

814 Obras e serviços de engenharia – Ilegalidade da retenção de parte do pagamento até o recebimento definitivo

820 Lei das Estatais – Considerações sobre a formalização da repactuação por apostilamento

826 Contratação de remanescente – Procedimento para a atualização dos preços

PERGUNTAS E RESPOSTAS



833 1. Qual a repercussão do Decreto nº 9.412/2018, que atualiza os valores para enquadramento nas modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666/1993, no que se refere às dispensas em razão do valor?

835 2. Qual é o profissional habilitado para realizar as avaliações prévias de imóveis para fins de locação e aquisição?

837 3. É possível considerar contratos de gerenciamento de frota como serviços contínuos, até mesmo englobando serviços de manutenção e fornecimentos de peças?

840 4. Em processo de aplicação de penalidades ou rescisão, como deve agir a comissão diante da impossibilidade de encontrar o particular?

843 5. Considerando o previsto na Lei nº 13.303/2016, a certidão de registro da marca no INPI serve para comprovar a exclusividade do fornecimento do item pela empresa para fins de contratação direta por inexigibilidade?

846 6. Na contratação de empresa para prestação de serviços de agenciamento de viagens para entidades do Sistema S, para comprovar a exequibilidade, poderão constar da planilha de custos os incentivos das companhias aéreas?

849 7. É possível deflagrar a licitação sem que tenha ocorrido o repasse pelo órgão concedente responsável pelas despesas pertinentes?

851 8. Em pregão eletrônico, as propostas que estejam com os valores iniciais cotados muito abaixo da estimativa de preços podem ir para a fase de lances?

855 9. Qual a abrangência da indenização diante da supressão de parcelas da obra que abarquem itens já adquiridos pelo contratado?

857 10. Ao assinar o termo aditivo de prorrogação contratual, o particular pode excepcionar seu direito à repactuação, decorrente de CCT assinada há mais de quatro meses, com a justificativa de que não teve tempo hábil à instrução pertinente?

861 JURISPRUDÊNCIA

869 TRIBUNAIS DE CONTAS

879 LEGISLAÇÃO

880 BLOG